

Política exterior espanhola - mudança ou continuidade?

Publicação: [O Mundo em Português Nº 54](#)

Data de Publicação: Março 2004

Autor: José Abu-Tarbush

Com um certo – e significativo – atraso em relação a George Bush e Tony Blair, o governo de José María Aznar acaba de reconhecer – muito contrariado – a inexistência de armas de destruição maciça no Iraque. Seguindo o exemplo das administrações americana e britânica, a espanhola também não pensa assumir qualquer tipo de responsabilidade política em relação a esta questão. No entanto, e ao contrário das duas velhas democracias anglo-saxónicas, não foi criada qualquer comissão de investigação, dada a maioria do Partido Popular (PP) no Parlamento. Mais, o governo do PP nega que tenha cometido um erro na sua política de apoio à guerra e, portanto, resiste a discutir o tema, recusando qualquer polémica, mesmo nos meios de comunicação.

Esta reacção do PP parece, até certo ponto, lógica, numa perspectiva partidária ou eleitoralista, dada a proximidade das eleições gerais que decorrerão em Março. Demonstra, no entanto, uma grave irresponsabilidade governamental e uma crescente deterioração da democracia: primeiro, porque foram proferidas declarações públicas pelos responsáveis governamentais – desde Aznar até à sua ministra dos Negócios Estrangeiros, Ana Palacio –, onde se afirmava categoricamente que o regime iraquiano possuía armas de destruição maciça e que tinha ligações com a al-Qaida, o que constituía – como se alegava – uma ameaça para Espanha; e, segundo, porque a deturpação dos factos em democracia não deve ser um exercício gratuito, sobretudo pelo perigo que encerra – a adesão a uma guerra em que, até à data, morreram 11 espanhóis. Mas o mais grave é que o governo espanhol actuou com base nos relatórios interessados – e manipulados – de outros países, sem a corroboração dos seus próprios serviços de informações.

Uma das características mais relevantes da política externa espanhola desde a chegada do PP ao governo, em 1996, é o seu seguidismo em relação à política externa americana, sobretudo nas áreas geopolíticas onde os Estados Unidos têm interesses fortes ou conflitos abertos. A alteração das relações entre Espanha e Cuba, no início da

primeira legislatura do PP (1996-2000) é um exemplo. As relações históricas entre os dois países são tão estreitas que se chegou mesmo a dizer que Cuba era mais uma questão de política interna espanhola do que externa. De facto, as relações diplomáticas com a Cuba castrista mantiveram-se mesmo durante o franquismo. Um dos seus antigos ministros, o histórico fundador do PP, Manuel Fraga Iribarne, assumiu mesmo uma posição diferente da do seu partido em relação a Havana. No entanto, a nova geração da direita espanhola assumiu uma atitude mais ideológica em relação a Cuba, a que não são alheias as influências dos Estados Unidos e do lobby anticastrista representado pela Fundação Hispano-Cubana. A deterioração das relações entre Madrid e Havana chegou à retirada dos respectivos embaixadores, fazendo soar o alarme entre os investidores espanhóis na ilha. A influência espanhola em Cuba diminuiu em resultado da política de confronto: deixou de ser mediadora entre Cuba e a União Europeia para ter que recorrer a terceiros países (o México) para que actuassem como mediadores entre Cuba e Espanha. O capital histórico e político de Espanha em Cuba foi paulatinamente desvalorizado: não se conseguiu fazer passar, de forma atractiva, o modelo de transição espanhola nem se garantiram os direitos humanos.

Mas a maior mudança da política externa do PP verificou-se em relação ao mundo árabe (Marrocos, Palestina e Iraque), sobretudo no contexto da conjuntura internacional do pós-11 de Setembro, quando os Estados Unidos pretendem – teoricamente – transformar esse mundo. É certo que a degradação das relações entre Rabat e Madrid não se enquadra neste novo contexto mundial, ficando a dever-se à sua inexorável vizinhança e, em particular, ao crescente desencontro em relação aos temas mais diversos: imigração, tráfico de drogas, Sahara ocidental, negociações bilaterais e multilaterais – com a EU – sobre pescas e agricultura, etc. Mas a gravidade da questão não se alterou com a retirada dos respectivos embaixadores, e chegou mesmo a emergir a possibilidade de confronto bélico com o incidente do ilhéu de Leyla/Perejil, no Verão de 2002. A mediação entre Espanha e Marrocos foi feita pelos Estados Unidos e não pela União Europeia. Apesar das melhorias nas relações entre os dois países, desde então, não deixam por isso de estar presentes alguns receio e ressentimento.

Em relação à questão palestina, a posição espanhola não mudou substancialmente – continua a advogar a sua justa resolução, com a criação de um Estado palestino. No entanto, o governo de Aznar alinhou excessivamente nas exigências dos Estados Unidos para pôr em marcha a sua – rapidamente abandonada – iniciativa de paz com o road map, sem introduzir qualquer cambiante diferenciador, sobretudo tendo em consideração o equilíbrio que a União Europeia pretende preservar em relação à posição parcial americana no conflito israelo-palestino, nomeadamente nas suas

exigências de renovação da liderança palestina. Este apego à política externa dos Estados Unidos no Médio Oriente aumentou consideravelmente com a já referida posição perante a guerra no Iraque.

A questão da continuidade e da mudança em política externa é um velho debate das Relações Internacionais. Trata-se de saber se a formação de um novo governo implica ou não uma mudança significativa na acção externa ou, por outras palavras, se a política externa corresponde a uma visão partidária ou de Estado. A favor da continuidade jogam a história e a posição geopolítica de Espanha que, em grande medida, explicam as suas três principais linhas de acção externa: Iberoamérica, Europa e Mediterrâneo ou o mundo árabe. A favor da mudança é também possível argumentar que em cada um destes três eixos há alterações significativas em função do governo que os gere. O exemplo do PP, em contraste com o executivo do Partido Socialista (PSOE) é bastante eloquente. As mudanças na política externa podem ser mais moderadas ou subtis, mas são um facto e por vezes podem mesmo ser bruscas, como aconteceu nos casos referidos, que romperam o tradicional consenso sobre a política externa na Espanha democrática.

As eleições podem levar a algumas mudanças na política externa espanhola, mas haverá, ao mesmo tempo, traços de continuidade. Mesmo que o PP volte a ter a maioria absoluta, é provável que o seu líder e candidato à presidência, Mariano Rajoy, tenha um comportamento diferente do de Aznar, nomeadamente no empenhamento pessoal na questão da guerra do Iraque, um caso extremo que dificilmente voltará a repetir-se, sobretudo se o PP tiver que governar com o apoio das minorias catalã e canária. Mas a mudança mais significativa viria de uma vitória do PSOE. A sua experiência de governo e os seus sucessos internacionais avalizam as suas propostas. Desde logo, a sua oposição à guerra do Iraque, que o levaria a tomar medidas nesta questão. A sua aposta seria mais europeísta que atlantista, mais partidária dos marcos institucionais multilaterais e, com certeza, mais respeitadora da legalidade internacional. Mas estas mudanças não negam a continuidade no desenvolvimento das linhas de acção externa em relação à Europa, à Iberoamérica e ao mundo árabe. A mudança será na sua gestão: a relação com os Estados Unidos deverá basear-se no respeito e na amizade e não – como denunciam os socialistas – na submissão. No entanto, o seu programa só será bem sucedido se houver um fortalecimento da posição europeia, o que requer, previamente, um consenso em matéria de política externa, tanto na Europa como em Espanha.